

Fernanda Irene Fonseca  
Universidade do Porto

Deixis, dependência contextual e transposição fictiva:  
contributos para uma teoria enunciativa da ficção

"It is after all an odd, peculiar  
and amazing fact about human lan-  
guage that it allows the possibility  
of fiction at all."

(John Searle, Expression and Meaning)

1. A ficção tem sido predominantemente encarada como fenómeno literário. Como todos os fenómenos literários, no entanto, a ficção é, antes de mais, um fenómeno linguístico. E, como todos os fenómenos linguísticos, é, antes de mais, um fenómeno cognitivo. A abordagem que me proponho fazer da ficção procura conjugar a consideração da sua génese linguística com a da sua projecção cognitiva e desdobra-se, assim, em dois objectivos complementares:

- por um lado, o de tentar apontar, na estrutura formal e funcionamento das línguas naturais, a inscrição de algumas marcas formais que atestam e viabilizam o seu uso para criar ficção;

- por outro lado, o de sublinhar, pela consideração da referência fictiva, a dimensão construtiva ou produtiva da referência linguística.

Os muitos problemas postos pela ficção são de natureza vária e afectam toda e qualquer perspectiva de estudo da linguagem, seja ela predominantemente linguística, pragmática, poética ou filosófica. Quando me proponho indagar a possibilidade e alcance de uma abordagem enunciativa da ficção, demarco-me, liminarmente, de problemas atinentes a uma ontologia da ficção (da alçada da Filosofia) ou a uma retórica da ficção (da alçada da Literatura) ou até, em certa medida, de uma pragmática da ficção. Não quer isto dizer que uma abordagem linguística seja estanque em relação a outras possíveis abordagens, mas apenas que tem que ser distinguível delas, tem que ter a sua especificidade.

A garantia da especificidade de uma disciplina não reside, como muitas vezes se crê e pratica, no simples traçar de fronteiras rígidas a demarcar os temas de que pode ocupar-se; reside antes no facto de poder abordar problemas comuns a outras disciplinas sem deixar de o fazer de acordo com a sua perspectiva própria. O "núcleo duro" que identifica a investigação linguística e que lhe garante uma identidade reconhecível sob as múltiplas roupagens teóricas e metodológicas que pode revestir, é o ter como objecto a descrição-explicação da estrutura e funcionamento das línguas naturais. É hoje um dado adquirido que essa estrutura e funcionamento se acomodam dificilmente com um tratamento imanentista, uma vez que estão neles inscritas as marcas de uma adequação progressiva da linguagem às necessidades e motivações da actuação humana em todas as suas formas. Benveniste tornou patente que o estudo das

estruturas formais da língua dá conta de ".../l'expérience humaine inscrite dans le langage." (E. Benveniste, 1974, p.78), uma ideia-chave que fora já expressa, muitos anos antes, por Malinowsky quando escreveu, em 1923: "This adaptation, this correlation between language and the uses to which it is put, has left his traces in linguistic structure." (Malinowsky, 1923, p.327).

Uma pesquisa sobre a estrutura formal da língua não é separável, tão pouco, de uma observação do seu funcionamento textual e discursivo. Como já sucedeu noutros âmbitos - o da interacção social, nomeadamente - o estudo do funcionamento da linguagem inclui todas as implicações inerentes à sua contextualização. A linguística abre-se a outros âmbitos disciplinares mantendo a sua autonomia na medida em que, sem deixar de partir do estudo das estruturas formais da língua, não recusa seguir as perspectivas de alargamento suscitadas e implicadas pelo funcionamento dessas mesmas estruturas formais. Justamente, e no caso presente, a abertura para os problemas postos pela ficção foi-me suscitada pela necessidade de explicar o funcionamento de um paradigma formal bem delimitado: o dos operadores deicticos <sup>(\*)</sup>.

2. é indiscutível que faz parte integrante da competência de qualquer falante, desde uma fase precoce da aquisição da linguagem, a capacidade de reconhecer e de produzir

---

\* Um percurso teórico que é por mim caracterizado e justificado, de forma mais desenvolvida, em Deixis, Tempo e Narração (Porto, 1989), tese de doutoramento, inédita.

discursos ficcionais(=). Essa competência pressupõe a aquisição de um conjunto de convenções que permitem a participação num jogo de linguagem - a ficção - que Wittgenstein descreve como "Making up a story; and reading it." (Wittgenstein (1953) 1958, p. 12)(=).

A definição de Wittgenstein foca apenas uma das manifestações de uma competência mais ampla que consiste em ser capaz de identificar um determinado enunciado ou conjunto de enunciados como relativos a estados de coisas que não são reais, isto é, constitutivos de mundos alternativos ao mundo real. Tal capacidade de acesso, através da linguagem, a "mundos possíveis" alternativos implica saber produzir e interpretar índices convencionais quer de natureza linguística - como por exemplo o uso dos tempos verbais e de outros deícticos, de verbos "criadores de universo" como "imaginar", "supor" ou de expressões fixas como "Era uma vez"-; quer de natureza não linguística - como a atitude do falante, o seu tom de voz, o ritmo, no caso da recepção oral; o facto de abrir um livro que de antemão se sabe identificar como um romance ou um livro de contos, no caso da recepção escrita.

---

= Uma competência também por vezes designada como "competência literária": cf. "Los niños adquieren competencia literaria (pueden distinguir enunciaciones ficticias de las que no lo son) antes de que su competencia lingüística se haya conformado totalmente." (G. Reyes, 1984, p.26).

= Parece-me que "ler", nesta definição, é restritivo, pois a recepção adequada de um enunciado ficcional pode ser simplesmente ouvir ou mesmo agir, como no caso das crianças que, ao mesmo tempo, inventam, contam e representam uma "história". (Cf., sobre esta prática lúdica infantil, F.I. Fonseca, 1983, p.390).

Poderiam multiplicar-se os exemplos de convenções retórico-pragmáticas inerentes à produção e recepção de enunciados ficcionais, mas o que pretendo aqui indagar é se a competência ficcional implica o domínio do funcionamento de operadores e operações enunciativas específicos de um determinado modo de referência (ou modo de enunciação). Que tipo de operações enunciativas precisa de dominar um falante para se referir a mundos alternativos ao mundo real? Ou, formulando a pergunta de outro modo: que tipo de marcas imprimiu na estrutura das línguas o seu uso para colmatar as necessidades lúdicas, sociais e cognitivas subjacentes à prática desse jogo de linguagem que consiste em inventar histórias? Ou ainda: haverá, na estrutura das línguas, um dispositivo formal da ficção?

Tentar responder a estas perguntas - que correspondem a uma só, formulada de várias maneiras - implica à partida aceitar uma definição mais ampla de ficção como possibilidade de transposição, através do uso da linguagem, para mundos alternativos ao mundo real criados pela própria linguagem. Uma definição que integra a actividade de "contar histórias" num conjunto mais amplo de manifestações da produtividade referencial da linguagem.

3. Frequentemente referida como um "paradoxo" (\*),

---

\* Cf., por exemplo, a afirmação de Searle que escolhi como epígrafe do presente artigo ou ainda a seguinte constatação de R. Martin no início de um artigo intitulado justamente "Le paradoxe de la fiction narrative": "Le paradoxe de la fiction narrative se formule simplement: les affirmations qui sont

como um tipo de uso da linguagem impossível de distinguir, do ponto de vista do funcionamento da língua, dos usos designados como "sérios" (\*), a ficção constitui um desafio para a descrição linguística. Para Searle (\*) não há marcas linguísticas que identifiquem os enunciados ficcionais porque a competência ficcional é de natureza exclusivamente pragmática: "/.../ the identifying criterion for whether or not a text is a work of fiction must of necessity lie in the illocutionary intentions of the author. There is no textual property, syntactical or semantic, that will identify a text as a work of fiction." (J. Searle, 1979, p.65).

Searle tenta definir a ficção no âmbito da sua teoria dos actos de fala recorrendo à noção de "acto illocutório fingido". A insuficiência de uma abordagem exclusivamente pragmática da competência ficcional é patente neste estudo de Searle que não vai muito além de uma definição algo tautológica de ficção como realização de asserções fingidas. Distinguindo dois sentidos diferentes de "fingir" (com ou sem a intenção de

---

faites dans la fiction sont, comme toutes les affirmations, données pour vraies; or nous savons qu'elles ne correspondent à rien; et pourtant nous n'avons pas le sentiment d'être trompés." (R. Martin, 1988, p.161).

\* Uma terminologia corrente mas discutível na medida em que pode ser interpretada como pressupondo um relegar para segundo plano da importância do discurso ficcional, um ignorar da "seriedade" de que se revestem, quer do ponto de vista individual quer social, as actividades lúdico-catárticas.

\* Searle consagrou ao discurso ficcional um estudo intitulado "The logical status of fictional discourse" (J. Searle, 1979, pp.58-75).

enganar), Searle inclui a ficção no segundo caso: realização de actos ilocutórios fingidos sem intenção de enganar(7).

Mas se as certezas de Searle sobre a ficção - que são apresentadas sob a forma de conclusões definitórias - não vão muito longe, já o mesmo não se pode dizer das suas dúvidas: as duas ou três vezes que, ao longo deste estudo, Searle se pergunta "How is it possible?", a sua perplexidade abre para reflexões extremamente argutas. Limito-me a um exemplo eloquente(8): perguntando-se, já na parte final do seu estudo, "But how is it possible for an author to 'create' fictional characters out of thin air?" (p.71), Searle chega à noção, essa sim fundamental, de acto de referência fictício: "It is the pretended reference wich creates the fictional character/.../ by pretending to refer, she [a autora do romance] pretends that there is an object to be referred to." (J. Searle, 1979, p.71).

Trata-se, a meu ver, de uma observação de grande alcance já que permite redimensionar um dos "axiomas de referência" - o "axioma de existência" - que Searle, ignorando

---

7 Poderia dizer-se desta explicação o mesmo que Searle opina sobre outras noções acerca da ficção: "Such notions contain our problem but not its solution." (J. Searle, 1979, p.81).

8 Um outro, não menos eloquente, é constituído pela tentativa de encontrar resposta para uma última "crucial question unanswered:/.../why do we attach such importance and effort to texts wich contain largely pretended speech acts? /.../I do not think there is any simple or even single answer to that question. Part of the answer would have to do with the crucial role, usually underestimated, that imagination plays in human life, and the equally crucial role that shared products of imagination play in human social life." (J. Searle, 1979, p.74). Um papel crucial, sem dúvida. É subestimado, também: uma sincera auto-crítica do autor de Speech Acts.

ostensivamente o carácter produtivo da referência linguística, definira em Speech Acts como "Whatever is referred to must exist. Let us call this the axiom of existence." (J.Searle, 1969, p.77). Ao reflectir sobre a ficção, Searle apercebe-se, aludindo implicitamente ao axioma que dez anos antes formulara, de uma imprevista consequência dele: se "One of the conditions on the successful performance of the speech act of reference is that there must exist an object that the speaker is referring to" (J. Searle, 1979, p.71), então o acto de referência é suficiente para fazer pressupor, só por si, a existência daquilo que é referido (=).

Deslocar do objecto referido para o acto de referência a questão do carácter fictício é um passo decisivo em direcção à possibilidade de abordar a ficção a partir do funcionamento da língua. E permite também ultrapassar uma concepção ingénua de referência como relação unívoca e unidireccional da linguagem com um real externo experienciável. A possibilidade de, ao referi-los, pressupor a existência de "mundos possíveis" torna evidente que a relação entre referência e existência não se processa num só sentido, como banalmente se crê. Esses "mundos possíveis" não pre-existem ao acto de referência nem existem independentemente dele: é o próprio acto de referência que os faz existir. Significar não é representar um mundo pre-existente, é configurar mundos possíveis e

---

\* Cf. as noções de "discourse referent" e "existential presupposition" que Karttunen introduz para dar conta da existência de referentes cuja "realidade" assenta apenas no facto de terem sido objecto de referência, acentuando que essa pressuposição de existência ".../is a linguistic and not an ontological fact." (L.Karttunen, 1971, p.3).



conferir-lhes uma existência textual.

Uma boa parte dos esforços de análise da ficção têm visado apenas o carácter fictício dos objectos, seres e estados de coisas referidos e não o carácter fictício do próprio acto de referência. De um modo geral, o problema das relações entre referência e ficção tem sido tratado de forma inadequada ou redutora. Inadequada quando se confronta com um critério de verdade, tentando integrar a ficção numa simples oposição verdadeiro/falso, a que ela é indiferente<sup>(10)</sup>. Redutora, quando se analisa a referência ficcional a partir de exemplos restritos ao vocabulário, concluindo que as línguas podem criar os seus próprios referentes porque do seu acervo vocabular fazem parte significantes como "sereia", "centauro", etc.

Tratar da ficção nestes termos é regredir a uma mais que ultrapassada concepção das línguas como nomenclaturas. E por isso algumas formas de abordagem da ficção esbarram e se perdem em discussões intermináveis e ociosas sobre "licornes", "duendes" ou "fadas", "Sherlock Holmes" e "a menina do capuchinho vermelho", entendendo restritamente a ficção como criação de seres que não existem. A preocupação com o carácter fictício dos seres ou objectos referidos faz esquecer que o mais importante, do ponto de vista do funcionamento das línguas, é o carácter fictício do próprio acto de referência.

Falar uma língua não é dar nomes a seres e objectos. Falar é referenciar, é estabelecer coordenadas a partir

---

<sup>10</sup> A recepção adequada da ficção consiste em não assumir, em relação a ela, qualquer tipo de avaliação de carácter veridicional: a recepção "ingénua" (quer dizer "incompetente") de um enunciado ficcional manifesta-se igualmente quer na sua aceitação como verdade quer na sua denúncia como mentira.

das quais se constroem "mundos", isto é, modelos de configuração cognitiva. A análise da ficção deve, pois, começar por situar-se ao nível do próprio acto de referência que está na génese da actividade linguística e constatar que está prevista no funcionamento da língua a possibilidade de realizar actos de referência fictícios. Muito mais decisivo (<sup>11</sup>) do que ser possível referir seres que não existem é o facto de a referência - quer a objectos existentes quer inexistentes - poder ser feita a partir de coordenadas enunciativas que não existem (<sup>12</sup>).

4. Não há possibilidade de referência, afirma Quine, a não ser em relação a um sistema de coordenadas. Algo já antes salientado por K. Bühler, que representa graficamente essas coordenadas como linhas cruzadas que se originam num ponto O, colocando nesse ponto os deícticos eu-aqui-agora (<sup>13</sup>) e insistindo na função de "eu" como "/.../origem natural de las

---

<sup>11</sup> Mais decisivo porque a ficção representa uma tentativa de libertação, através da linguagem, da "tirania do real" e a forma mais evidente dessa "tirania" é a obrigatória utilização, como marco de referência, de coordenadas determinadas pela própria instância enunciativa real. (Digo "tirania do real" como adaptação livre da noção de "absolutismo da realidade" de que fala H. Blumenberg a propósito da função e sobrevivência do mito (Cf. M.T.Cruz, 1988).

<sup>12</sup> A referência (implícita ou explícita) a actos de enunciação que não existem é constitutiva da ficção. São fictícios não apenas os actos de enunciação das personagens criadas mas, antes de mais, o próprio acto de enunciação do narrador que só existe como instância enunciativa fictícia.

<sup>13</sup> Ver K. Bühler (1934), 1979, p. 120.

coordenadas de la concepción del mundo" (K. Bühler(1934), 1979, p.150). Coordenadas que são indicadas (e indiciadas) pelos operadores deícticos.

A deixis, pressupondo as coordenadas enunciativas e recriando-as no discurso, é o dispositivo gerador da possibilidade de referência linguística, da construção de "mundos" (no sentido de esquemas configurativos do conhecimento da realidade). O funcionamento dos deícticos atesta essa obrigatória incorporação do real (da situação real de enunciação) que é mais habitualmente designada como dependência contextual da linguagem. Mas uma observação mais atenta revela que esse funcionamento atesta também a possibilidade de transposição fictiva das coordenadas enunciativas em que assenta a viabilidade de construção de mundos alternativos ao mundo real.

Na sua teorização fundadora sobre a deixis, Bühler dá grande importância a esse processo de transposição quando analisa a modalidade de deixis a que chamou "am Phantasma" e para que eu própria, em trabalhos anteriores (14), propus a designação de deixis fictiva (ou deixis narrativa).

Ao definir a deixis "am Phantasma" Bühler caracteriza-a como mostração fictícia não por ser mostração de seres, objectos ou estados de coisas inexistentes, mas antes por ser mostração a partir de um marco de referência fictício. O acto de mostrar, de apontar, implica a evidência deíctica, quer dizer, a presença, no contexto real, daquilo para que se aponta:

"Dá-me esse livro."

---

14 Ver, sobretudo, F. I. Fonseca, 1987 e 1989

Uma evidência que pode ser também anafórica (presença do "objecto" no contexto verbal):

"Em Nome da Terra? Mas é esse o livro de que te falei".

No caso do que Bühler designa como deixis "am Phantasma" não há qualquer evidência real que viabilize o acto de mostrar; a sua possibilidade assenta numa "evidência mental" compartilhada por locutor e interlocutor<sup>(15)</sup>. Trata-se de uma mostraçõo "in absentia", logo, de uma mostraçõo fictícia:

"A Rua dos Combatentes é essa, à tua frente, quando saís da estação do caminho de ferro."

Este exemplo do caso mais elementar de transposiçõo<sup>(16)</sup> ilustra o processo de constituição de um campo mostra-

---

<sup>15</sup> Utilizando dados presentes na sua memória e que supõe serem constitutivos da memória comum que compartilha com o interlocutor, o locutor reproduz ou constrói (imagina) uma determinada situação distinta daquela em que estão inseridos, propondo ao interlocutor uma transposiçõo "/.../al reino de lo ausente recordable o al reino de la fantasia constructiva." (K. Bühler (1934), 1979, p. 143).

<sup>16</sup> Ao usar o termo transposiçõo, Bühler tem essencialmente em vista a deslocaçõo espacial (a partir, portanto, da coordenada aqui). Mas a noçõo de transposiçõo (um termo equivalente, na sua formaçõo, a metáfora) pode aplicar-se também às outras coordenadas. É significativo que "utópico" (literalmente apenas referido ao não-aqui), tenha evoluído para um sentido amplo que se aplica a todas as formas de transposiçõo fictiva. (Cf. F.I. Fonseca, 1989, pp. 225-226).

tivo imaginário (17), um campo mostrativo induzido pelo próprio acto de mostraçõo "in absentia".

O conceito de campo mostrativo, fundamental na teoria bühleriana da deixis, é criado a partir do acto de enunciação e concretiza a conformaçõo linguística de um campo de referênciã cujos contornos se desenham a partir do centro de irradiaçõo constituído pelas coordenadas enunciativas. Sendo assim, a reprodutividade, na língua, da noçõo de campo mostrativo em que Bühler baseia a definiçõo da anáfora e da deixis "am Phantasma" é a condiçõo e primeira manifestaçõo da reprodutividade referencial da linguagem: a criaçõo de um campo mostrativo textual, na anáfora, e de um campo mostrativo imaginário, na deixis "am Phantasma", feitos à imagem e semelhança do campo mostrativo concreto da situaçõo de enunciação, estão na base da possibilidade que tem o discurso de criar o seu próprio contexto. Quer na anáfora quer na deixis "am Phantasma" a mostraçõo realiza-se num campo mostrativo criado pelo texto, isto é, são formas de referênciã endógena. Mas diferenciam-se entre si porque a deixis "am Phantasma" sendo, como a anáfora, referênciã endógena, pretende ser (finge ser) como a deixis indicial, referênciã exógena. Uma pretensõo tornada possível pelo facto de os deicticos pressuporem implicitamente a obrigaçõo referênciã a um sistema de coordenadas enunciativas geradoras de um "mundo".

---

17 Note-se que "imaginário" tem, na definiçõo bühleriana da deixis "am Phantasma", o sentido literal de "percebido como imagem mental". E o próprio termo "Phantasma" é usado por Bühler na acepçõo em que originariamente o usaram os Estóicos, e que se mantinha ainda na Filosofia escolástica, de 'imagem evocada mentalmente'.

Dependência contextual e transposição fictiva são, portanto, complementares, são duas faces de um mesmo funcionamento enunciativo, que configura também, desde a sua génese, o processo mnémico que caracteriza a ficção. Criar no discurso, por reprodução mnémica, coordenadas enunciativas alternativas às únicas reais, é um primeiro momento da instituição da ficção como mimese da acção.

Na base da ficção no sentido corrente do termo está uma ficção enunciativa que consiste em "fazer de conta" que pode haver coordenadas de enunciação alternativas à irreduzível facticidade, à evidência deictica, do "eu-aqui-agora" e usar como marco de referência tais coordenadas fictivas. Uso o termo fictivo para referir, marcando uma distinção em relação a ficcional, este sentido mais amplo que implica todo o tipo de projecção das coordenadas enunciativas quer essa projecção se associe ou não à efectiva "invenção" de situações irreais. Uma caracterização ampla que coloca a noção de ficção como denominador comum a um conjunto aberto de operações de transposição referencial, em que desempenha papel fundamental o funcionamento dos deicticos. É que a "fantasia" é apenas uma das formas<sup>10</sup> que pode revestir a construção de mundos possíveis através da linguagem, uma construção que assenta em operações de projecção das coordenadas enunciativas (ou ramificação deictica). Quer o passado, quer o futuro, quer mesmo um presente alternativo podem ser evocados, isto é, (re)criados pela voz.

---

<sup>10</sup> De um ponto de vista enunciativo, têm carácter fictivo, por exemplo, as suposições e antecipações em relação ao futuro, as suposições retrospectivas ou mesmo a simples evocação da facticidade do passado.

5. Uma reflexão sobre o processo de mostração linguística fictiva pode constituir a base de uma teoria enunciativa da ficção como perspicazmente o compreendeu K. Hamburger (há já mais de trinta anos), ao partir deste aspecto da teoria de Bühler para caracterizar a ficção. A abordagem que K. Hamburger faz da ficção literária é uma abordagem enunciativa, que pode e deve aplicar-se à ficção ("tout court") tal como está presente de forma habitual na actividade linguística e cognitiva de qualquer falante.

Retomando criticamente alguns conceitos bühlerianos, nomeadamente o de "eu-origem" e o de deixis "am Phantasma", K. Hamburger analisa a transposição da "origo" enunciativa para um "eu-origem fictício" como um processo fundamental na produção da ficção<sup>(\*)</sup> e considera que "/.../ deictic adverbs, the temporal as well as the spatial, are particularly suitable criteria for elucidating the nature of fictional structure and the logical character of its non-reality." (K. Hamburger (1957), 1973, p.126). Para o comprovar, K. Hamburger examina, entre os casos de transposição enunciativa institucionalizados como marcas da ficção literária, o "monólogo interior" (com especial atenção para o uso que nele é feito do "discurso indirecto livre") e o emprego do pretérito na ficção que designa como "pretérito épico".

No primeiro caso, trata-se da transposição fictícia da "origo" enunciativa para a consciência de uma terceira pessoa: "The narrated monologue /.../elucidates the fact that in fiction a real I-Origo is replaced with fictive I-Origines."

---

\* Cf. K. Hamburger (1957), 1973, p. 73

(K. Hamburger (1957), 1973, p. 84). No caso do "pretérito épico", trata-se de um emprego dos tempos do passado em que estes, deixando em suspenso a sua significação temporal, funcionam apenas como índices de ficcionalidade (=0).

As observações de K. Hamburger sobre o uso dos tempos verbais na ficção deixam entrever que a operacionalidade da noção de "eu-origem fictício" se pode estender à descrição gramatical, como, mais recentemente, foi reconhecido no âmbito da teoria enunciativa de A. Culioli. E é justamente a descrição do funcionamento dos tempos verbais que enquadra o aparecimento, na teoria de Culioli, do conceito de "repère-origine fictif" ou "repère translaté" (=1), marco de referência a partir do qual "/.../on effectue des repérages fictifs" (A. Culioli, 1980, p. 185) (=2).

A operacionalidade desta noção na descrição gramatical atesta que a problemática da ficção está enraizada na estrutura formal das línguas: há formas de indicição da ficção gramaticalizadas, como por exemplo a postulação de uma "origo

---

<sup>20</sup> A bem conhecida hipótese formulada por H. Weinrich ((1964), 1973) sobre os tempos verbais, ao atribuir-lhes como principal função não a de veicular significações temporais mas a de constituir marcas textuais de atitudes de locução, alarga e radicaliza esta posição de K. Hamburger.

<sup>21</sup> A flagrante proximidade - até terminológica - com Bühler e Hamburger parece ser mera coincidência, pois Culioli não faz qualquer referência a estes autores.

<sup>22</sup> Um conceito muitas vezes retomado em trabalhos de linguistas da escola de Culioli; cf., por exemplo: "Un repère-origine fictif permet de construire un espace fictif d'énonciation." (P. Le Goffic, 1986, p. 8); ou: "Une représentation fictionnelle serait une représentation rapportée à un repère-origine énonciatif fictionnel ou fictif." (S. Cappello, 1986, p. 33).



fictícia" implícita no valor de alguns tempos verbais.

Tem sido o Imperfeito o tempo mais estudado nesta perspectiva (23). Com efeito, alguns tempos verbais (não apenas o Imperfeito, mas todo o sub-sistema temporal fictivo de que é o centro) caracterizam-se por pressuporem um marco de referência temporal alternativo, distinto do que é determinado pela situação de enunciação. A esse único facto se podem reconduzir todas as explicações dos seus valores ou efeitos de sentido modais, dadas as implicações contrafactuais da não ancoragem directa na situação de enunciação(24).

É o carácter produtivo da referência fictiva (poder criar, pressupondo-as, coordenadas de referência fictícias) que explica o uso do Imperfeito como índice de ficcionalidade, como abertura para a ficção. É também em grande parte desse estatuto que decorre a sua função específica como tempo da narracão(25).

É a capacidade de narrar a mais corrente forma de corporizar a possibilidade de criação linguística de mundos alternativos ao mundo real. Uma teoria enunciativa da ficção é inseparável de uma mais ampla teoria dos modos de enunciação,

---

23 Cf., entre outros, o artigo de S.Cappello "L'imparfait de fiction"(1986).

24 Para um maior desenvolvimento e exemplificação deste assunto ver em F.I. Fonseca, 1989, p.289, o capítulo "No quadro de uma abordagem linguística da narração e da ficção: o Imperfeito e o sub-sistema temporal fictivo".

25 Ver F.I.Fonseca, 1989, pp.305-315 e pp.351-362.

em que se integra e com que se confunde(26).

Tem sido designado como competência narrativa a capacidade que tem o falante de construir enunciados não directamente ancorados na sua situação de enunciação, isto é, de usar a linguagem para uma libertação fictícia do condicionamento situacional. No modo de enunciação narrativo as coordenadas de referência são criadas pelo próprio texto, sem um suporte empírico experiencial (diferentemente do que acontece no modo de enunciação discursivo, em que as coordenadas de referência são implícitas porque coincidentes com o eu-aqui-agora-assim determinado pelo acto de enunciação)(27).

É neste contexto, creio, que pode enquadrar-se a pergunta deixada em suspenso por Ann Banfield na sua obra Unspeakable Sentences: "What is there in the formal structure of narrative that makes it the embodiment of the fictional?" (A. Banfield, 1982, p.257). Não é difícil responder a esta pergunta (é sempre fácil, aliás, responder às perguntas bem feitas). A narração é um modo de enunciação fictivo porque pressupõe a ficção enunciativa que consiste em criar marcos de referência não coincidentes com a instância enunciativa presente porque transpostos para uma situação ausente que pode ser um futuro possível, um passado real ou um irreal imaginário indiferente ao tempo. A noção de ficção que, em sentido corrente, só se aplica a este último caso, é, numa perspectiva

---

<sup>26</sup> Cf. L. Danon-Boileau, 1982, p.85 e segs..

<sup>27</sup> Omite uma mais ampla discussão de problemas ligados à tipologia enunciativa e que tratei já em trabalhos anteriores, para que remeto; ver, sobretudo, F.I.Fonseca, 1982, 1983 e 1985.

enunciativa, aplicável a todas as formas de ramificação deictica, de projecção fictiva das coordenadas enunciativas. Acresce que a configuração de mundos viabilizada pela deixis fictiva se desenvolve e se corporiza como configuração narrativa: a ficção é preferentemente vertida em moldes narrativos, de que sai conformada como mimesis de um agir humano completado e testemunhado, isto é, passado(2=).

7. A possibilidade de transposição das coordenadas enunciativas é uma condição necessária mas não suficiente para explicar cabalmente a ficção. Mas se a análise do funcionamento da deixis não esgota nem resolve os complexos problemas postos pela ficção, nomeadamente pela ficção literária, constitui, pelo menos, uma sugestiva via de acesso a eles. Porque uma análise da possibilidade e condições de uma mostraçãõ linguística fictiva permite-nos surpreender, na sua génese (e como que observando ao microscópio), o processo de projecção do texto para fora de si mesmo sob a forma de mundo, processo que Paul Ricoeur caracteriza com tanta acuidade ao reflectir sobre a ficção: "Le monde de la fiction /.../n'est que le monde du texte, une projection du texte comme monde." (P. Ricoeur, 1986, p.17).

A ancoragem e desancoragem enunciativa estão no

---

2= Configurado narrativamente, o irreal fictício estabelece relações miméticas com o real passado. São inerentes à configuração temporal narrativa as relações cruzadas entre passado e ficção que P. Ricoeur põs em evidência ao analisar as afinidades cruzadas entre a narrativa historiográfica e a narrativa de ficção (P. Ricoeur, 1983).

cerne da apreensão cognitiva do real, que não se processa de forma linear e transparente, mas antes por uma constante e complexa oscilação entre o factual e o contrafactual, entre o real e a ficção, num processo de formulação de modelos hipotéticos de compreensão do real - "mundos possíveis" - e consequente configuração do real como mundo através desses modelos. P. Ricoeur sublinha este papel mediador da ficção na construção do conhecimento falando de "la force heuristique de la fiction" e observando que "/.../la première manière dont l'homme tente de comprendre et de maîtriser le "divers" du champ pratique est de s'en donner une représentation fictive." (P. Ricoeur, 1986, p.222).

Afirma Th. Pavel que "L'intérêt croissant pour la fiction signale un important changement d'atmosphère dans la philosophie moderne du langage." (Th. Pavel, 1988, p.7). O mesmo, aliás, se pode dizer da teorização literária. Assiste-se atualmente, em qualquer destes domínios, ao retomar de um problema "posto na prateleira" pelas tendências formalistas dominantes no estudo da linguagem e da literatura: o problema semântico, o problema da referência.

Tratar a problemática da ficção obriga a encarar de frente e sem evasivas o problema da referência. A ficção constitui, aliás, o horizonte mais amplo em que pode colocar-se o problema da referência, como mostrou P. Ricoeur ao sublinhar a dimensão construtiva ou produtiva da referência linguística. Uma perspetivação em que a ficção não é olhada como uma forma de referência marginal, parasitária ou desviante uma vez que, em lugar de se partir de uma prévia concepção de referência linguística para explicar a ficção, se parte da ficção para chegar a uma mais completa e correcta concepção da referência

linguística.

A consideração da ficção literária fornece argumentos importantes a favor do carácter básico de uma abordagem enunciativa da ficção. Não é por acaso que alguns dos mais perspicazes teorizadores da ficção literária a caracterizaram com base no funcionamento das categorias deicticas, nomeadamente de pessoa e tempo. Já atrás destaques o nome de K. Hamburger que enquadra, de forma precursora, a sua teoria da ficção literária numa ampla teoria da enunciação, partindo explicitamente da reflexão sobre a deixis para analisar o que considera as marcas linguísticas irredutíveis da ficção literária.

Não é minha intenção discutir aqui os problemas específicos postos pela ficção literária. Mas não quero deixar de chamar a atenção, só de passagem, para que a projecção de mundos possíveis (a ramificação deictica) se especifica, na ficção literária, como orientação para uma síntese ou  fusão de mundos. Fusão de mundos inerente à fusão de vozes, à proliferação ambígua da origo enunciativa numa exploração criativa de possibilidades em aberto no sistema enunciativo das línguas (\*\*). O que comprova, creio, que o cerne da criação ficcional se situa ao nível da construção enunciativa da referência. Sendo à primeira vista menos espectacular que a invenção de seres ou objectos fantásticos, de intrigas complexas, etc, com que correntemente se identifica a ficção, a "invenção" ao nível

---

\*\* A invenção da técnica narrativa que costuma ser designada como discurso indirecto livre é talvez o mais conhecido exemplo dessa exploração criativa das virtualidades do sistema enunciativo das línguas e baseia-se justamente numa experimentação sobre o modo de estabelecer a "origem" das coordenadas enunciativas.

da projecção e fusão da origem das coordenadas enunciativas é a mais rica cognitivamente e a mais valorizada como criação estética.

A definição ampla e liminar de ficção que aqui proponho como capacidade que tem o falante de, projectando as coordenadas enunciativas, projectar mundos alternativos ao mundo real, parece muito pobre e esquemática quando confrontada com o conceito corrente de ficção como criação imaginária de fantasias feéricas. Mas, numa perspectiva linguística, a simples transposição enunciativa é já ficção, e quer os menos quer os mais plausíveis dos mundos alternativos, quer a probabilidade do futuro, quer a própria facticidade do passado, são trazidos à instância presente por um processo enunciativo caracterizável como fictivo. Paraphraseando Óscar Lopes quando diz (tem-no dito várias vezes e com formulações diversas (30)) que nós só temos este mundo e todos os que fazemos a partir dele, eu diria, de forma mais radical, que afinal temos ainda menos: porque só temos, cada um de nós como cada um dos grandes criadores da ficção literária, as coordenadas geradoras desses mundos, o nosso irreduzível eu/aqui/agora/assim e todos os que, a partir deles, podemos projectar.

---

<sup>30</sup> Cf., por exemplo: "Digo referência porque só acredito neste mundo e nos que a gente faz a partir dele." (O. Lopes, 1986, p.102); ou "Os episódios da ficção mais insólita/.../decorrem num mundo que não é o mundo mais óbvio, mas que é feito a partir do mundo mais óbvio, até porque nós só gostamos dos mundos que fazemos a partir do mundo mais óbvio." (O. Lopes, 1988, p.25); ou ainda " /.../o mundo mais patentemente real, entre infinitos mundos possíveis e outros até plausíveis, ainda não está feito, ou refeito, à nossa medida. E todavia só dispomos deste mundo para, nós, e não os numina, fazermos outro mundo mais gratificante." (O. Lopes, 1988, p.25).

9. Limitei-me a apontar uma das vias que podem levar a linguística a considerar os problemas postos pela ficção: um desafio que, na conjuntura actual do pós-formalismo, ela não pode deixar de aceitar.

Como já escrevi noutro lugar (21), o alargamento progressivo que marcou a evolução da linguística determinou que se fosse passando da palavra à frase, da frase ao texto e do texto ao discurso, como resultado de uma sucessiva evidência de que falar não é só pronunciar palavras, nem só construir frases, nem apenas construir textos, é sobretudo agir sobre o contexto. É preciso dar mais um passo e reconhecer que falar é, mais essencialmente, construir mundos, instituindo assim também como unidade de estudo a obra, ou seja, o texto encarado como forma de configuração que o torna capaz de projectar um mundo.

É esse o caminho - possível e necessário - da abertura da linguística ao estudo da ficção. A obra é uma unidade semântica não porque refere um mundo pré-existente, mas porque projecta um mundo e o faz existir. Note-se que este conceito de obra deixa de parte a conotação psicologista de individualismo que lhe costuma andar ligada: não é a obra entendida como produto irrepetível e singular tal como é estudada pela literatura; é a unidade "obra" entendida como produto da actividade linguística enquanto actividade configuradora do conhecimento do real. Uma unidade semântica e não estilística.

A ficção, como aliás também a metáfora e outras manifestações de criatividade semântica ou produtividade referencial da linguagem, resultam de uma tensão inerente à

---

21: Ver F.I.Fonseca, 1989, p.539.

actividade do falante que B. Pottier resume com simplicidade quando afirma: "Les moyens syntaxiques sont limités tandis que les désirs sémantiques sont immenses" (B. Pottier, 1987, p.98). A força do "desejo semântico" é um elemento dinamizador fundamental na actividade linguística, que faz parte integrante da força ilocutória. O célebre "como fazer coisas com palavras", de Austin, deve alargar-se a um "como construir mundos com textos", porque, na verdade, a "coisa" mais importante que fazemos ao falar é essa construção de mundos inerente à modelização cognitiva. As motivações da força ilocutória não se restringem à esfera da acção sobre o outro e sobre o contexto social: incluem também, e talvez sobretudo, as motivações cognitivas, a força referencial, a urgência que o Homem tem de conhecer o Mundo para o dominar e agir sobre ele ou simplesmente para o fazer existir e sentir-se existir com a sua existência.

#### O B R A S C I T A D A S

- ADAMS, J.-K., 1985 - Pragmatics and Fiction, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- BANFIELD, A., 1982 - Unspeakable sentences. Narration and representation in the language of fiction, Boston//London, Melbourne e Henley, Routledge e Kegan Paul.
- BENVENISTE, E., 1974 - Problèmes de Linguistique générale, II vol., Paris, Gallimard.
- BÜHLER, K. (1934), 1979 - Sprachtheorie, Jena, Gustav Fischer; trad. espanhola Teoria del Lenguaje, 3ª ed., Madrid, Alianza Editorial.
- CRUZ, M.T., 1988 - "Arte, Mito e Modernidade. Sobre a Metafo-



- rologia de Hans Blumenberg" in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 6/7, Lisboa.
- CAPELLO, S., 1986 - "L'imparfait de fiction" in LE GOFFIC, P., org., 1986, pp.31-41.
- DANON-BOILEAU, L., 1982 - Produire le Fictif. Linguistique et écriture romanesque, Paris, Klincksieck.
- FONSECA, F.I., 1982 - "O Pretérito e o perfeito e a teoria dos níveis de enunciação" in Biblos, vol.
- 1983 - "Deixis et anaphore temporelle en portugais" in Actes du XVII Congrès de Linguistique et Philologie Romanes, vol. IV, pp. 379-393, Aix-en-Provence.
- 1987 - "Referência, 'translação de referência' e 'excesso referencial': uma leitura do 'excesso' em dois textos de oscar Lopes", comunicação ao Encontro de Homenagem a oscar Lopes da Associação Portuguesa de Linguistas, publicado na Revista da Faculdade de Letras do Porto-Línguas e Literaturas, II série, vol. IV, pp.137-149.
- 1989 - Deixis, Tempo e Narração, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, inédita.
- HAMBURGER, K. (1957), 1973 - Die Logik der Dichtung, Stuttgart, Ernst Klett; trad. em inglês, The Logic of Literature, Bloomington/London, Indiana University Press.
- KARTUNNEN, L., 1971 - "Discourse referents", texto mimeografado, Indiana, Indiana University Linguistic Club.
- LE GOFFIC, P., org., 1986 - Points de vue sur l'imparfait, Caen, Centre d'études Linguistiques de L'Université de Caen.
- LOPES, O., 1986 - Uma Arte de Música e Outros Ensaios, Porto, Oficina Musical.
- 1988 - "Última Lição" in Letras e Letras, nº 1.
- MALINOWSKY, B. (1923), 1966 - "The Problem of Meaning in Pri-

- nitive Languages" in OGDEN e RICHARDS (1923), 1966, pp. 296-336).
- MARTIN, R., 1988 - "Le paradoxe de la fiction narrative. Essai de traitement sémantico-logique" in Le Français Moderne, tome LVI, n° 3/4, pp. 161-173.
- OGDEN, C.K. e RICHARDS, I.A. (1923), 1966 - The Meaning of Meaning, London, Routledge e Kegan Paul.
- PAVEL, Th., 1988 - Univers de la Fiction, Paris, Seuil.
- POTTIER, B., 1987 - Théorie et analyse en linguistique, Paris, Hachette.
- REYES, G., 1984 - Polifonía Textual. La citación en el relato literario, Madrid, Gredos.
- RICOEUR, P., 1983 - Temps et Récit, I, Paris, Seuil.  
1986 - Du Texte à l'Action. Essais d'Hermeutique II, Paris, Seuil.
- SEARLE, J., 1969 - Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language, Cambridge, Cambridge University Press.  
1979 - Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts, Cambridge, Cambridge University Press.
- WEINRICH, H. (1964), 1973 - Tempus. Besprochene und erzählte Welt, Stuttgart, Kohlhammer; trad. francesa Le Temps. Le récit et le commentaire, Paris, Seuil.
- WITTGENSTEIN, L. (1953), 1958 - Philosophical Untersuchungen, trad. inglesa Philosophical Investigations, Oxford, Basil Blackwell.